

**Dossiê “Arquitetura escolar: diálogos entre o global,  
nacional e regional na história da educação”**

**CONSTRUINDO CIDADÃOS:  
ARQUITETURA DA ESCOLA E SEU  
PROGRAMA SOCIAL - VISÕES  
COMPARATIVAS DA SUÍÇA E DE  
LUXEMBURGO NOS SÉCULOS XIX E XX**

Marianne Helfenberger<sup>1</sup>

Catherina Schreiber<sup>2</sup>

**RESUMO**

A hipótese deste artigo é que prédios escolares constroem os futuros cidadãos do estado-nação. Perguntamos especificamente como essas construções nacionais atuam em estados-nações multilíngues. Com atenção especial ao desenvolvimento da arquitetura escolar numa variedade de regiões importantes, principalmente nos casos concretos de Luxemburgo e Suíça, o artigo analisa a construção de escolas como os espaços onde acontece de fato o ato da presença física na escola. Como fator dominante do cenário local, as escolas também se envolveram ativamente na apresentação dos espaços, exibindo conceitos de nação ou suas subunidades. Na Suíça revelou-se

---

<sup>1</sup> *Swiss Distance Learning University (Universitäre Fernstudien Schweiz)*, Brig, Suíça.

<sup>2</sup> *University of Vienna (Universität Wien)*, Viena, Áustria.

a grande importância dos cantões e municípios; no caso de Luxemburgo demonstrou-se o importante papel da capital, assim como da comunidade local e as políticas demográficas do país: enquanto se enfatizava e também se transportava simbolicamente a coerência nacional, por exemplo por meio dos prédios escolares uniformes ou modelos específicos de construção, verificamos que os prédios escolares eram geralmente importantes para a construção de perfis regionais e comunitários convertendo-se em agentes poderosos da planificação social, ancorando cidadãos a regiões específicas e configurando o núcleo da aldeia. Em ambos os casos, o artigo demonstra a significativa contribuição dos edifícios escolares às múltiplas formas de unificar e também de diferenciar os cidadãos segundo as necessidades sociais.

**Palavras-chave:** história da educação, arquitetura escolar, cultura material, estado-nação.

## **CONSTRUYENDO CIUDADANOS: ARQUITECTURA ESCOLAR Y SU PROGRAMA SOCIAL - VISIONES COMPARATIVAS DE SUIZA Y LUXEMBURGO EN LOS SIGLOS XIX Y XX**

### **RESUMEN**

La hipótesis de este artículo sostiene que los edificios escolares construyen a los futuros ciudadanos del estado-nación. Especialmente preguntamos cómo se desarrollan estas construcciones nacionales en estados-naciones multilingües. Con un enfoque en el desarrollo de la arquitectura escolar en una variedad de regiones importantes en los casos concretos de Luxemburgo y Suiza, el artículo analiza la construcción de escuelas como los espacios donde tiene lugar el acto de asistencia física en la escuela. Como dominante del escenario local, las escuelas también participaron activamente en la presentación de espacios desplegando con ellos conceptos de nación o sus subunidades. El caso de Suiza revela la gran importancia de los cantones y municipios; el caso de Luxemburgo demuestra el importante papel de la capital, así como la comuna local y las políticas demográficas del país: mientras se enfatizaba y también se transportaba simbólicamente la coherencia nacional por ejemplo a través de edificios escolares uniformes o tipos de escuelas modelo, también encontramos que los edificios escolares eran de importancia general para la construcción de perfiles regionales y comunales convirtiéndose en agentes poderosos de la planificación social, en el anclaje de ciudadanos a regiones específicas y la configuración del núcleo de la aldea. En ambos casos, el artículo demuestra la contribución significativa de los edificios escolares a las múltiples formas de unificar y también de diferenciar a los ciudadanos según las necesidades sociales.

**Palabras clave:** historia de la educación, arquitectura escolar, cultura material, estado-nación.

## **BUILDING CITIZENS: SCHOOL ARCHITECTURE AND ITS SOCIETAL PROGRAMME - COMPARATIVE VISIONS FROM 19<sup>TH</sup> AND 20<sup>TH</sup> CENTURY SWITZERLAND AND LUXEMBOURG**

### **ABSTRACT**

The paper examines the hypothesis, that school buildings construct the future citizens of the nation-state. We specifically ask, how such national constructions play out in multilingual nation-states. With a special focus on the development of school architecture in a variety of regions including as major cases Luxembourg and Switzerland, the paper analyses school buildings as the spaces where the act of physically going to school takes place. As a dominant of the local scenery, schools were also actively involved in the presentation of spaces, displaying concepts of the nation or its sub-units. In Switzerland, it reveals the strong importance of the cantons and communities; in Luxembourg it showed the significant role of the capital as well as the local commune and demographical policies of the country: While national coherence was emphasized and also symbolically transported for instance through uniform school buildings or model school types, we found also that the school buildings were of overall importance for the profile finding of regions and communes and became powerful agents of societal planning in anchoring citizens to specific regions and shaping the core of the village. In both cases, the article demonstrates the significant contribution of school buildings to the manifold ways of unifying citizens and differentiating them according to societal needs.

**Keywords:** history of education, school architecture, material culture, nation-building.

## **CONSTRUIRE DE CITOYENS : L'ARCHITECTURE SCOLAIRE ET SON PROGRAMME SOCIETAL - VISIONS COMPARATIVES DE LA SUISSE ET LUXEMBOURG AU XIX<sup>E</sup> ET AU XX<sup>E</sup> SIECLE**

### **RÉSUMÉ**

Cet article explore l'hypothèse selon laquelle les institutions scolaires façonnent les futurs citoyens de l'État-nation. Nous nous interrogeons surtout sur comment ces institutions nationales se jouent dans les États-nations multilingues. En mettant l'accent sur le développement de l'architecture scolaire dans diverses régions, notamment au Luxembourg et en Suisse, le document analyse la construction d'écoles comme le lieu où l'on se rend physiquement à l'école. Comme facteur dominant du paysage local, les écoles ont également participé activement à la présentation des espaces en exposant les concepts de la nation ou de ses sous-unités. En Suisse, il révèle la forte importance des cantons, au Luxembourg il a montré le rôle important de la capitale ainsi que de la politique locale et démographique du pays. Alors que la cohérence nationale est soulignée et aussi symboliquement transportée, par exemple par des bâtiments scolaires uniformes, nous avons aussi constaté que les bâtiments scolaires sont d'une importance générale pour la construction du profil des régions et des communes et qu'ils sont devenus des agents puissants de la planification sociétale pour ancrer les citoyens dans des régions spécifiques et façonner le noyau du village.

**Mots-clés :** histoire de l'éducation, architecture scolaire, culture matérielle, état-nation.

## INTRODUÇÃO

“Ninguém nasce bom cidadão [...] uma sociedade que se afasta dos seus jovens corta sua linha de vida” afirmou o ex-Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan na abertura da *Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude*, em 1998 em Lisboa (UNITED NATIONS, 10 ago. 1998). Conseqüentemente, o remédio contra a desintegração da sociedade parece ser a educação e, conforme o contexto histórico da afirmação, educação livre de ônus nas escolas públicas. A percepção da educação mudou significativamente no final do século XVIII. Uma variedade de atores, tais como teóricos do Estado e da educação, políticos e pessoas ativas em nível local se engajaram em debates programáticos a respeito do relacionamento entre indivíduos e o Estado, cidadania e educação. Montesquieu desenvolveu a sua teoria sobre esse relacionamento por meio da afirmação de que “as leis da educação têm de estar em relação com os princípios de governo”<sup>3</sup> (MONTESQUIEU, 1949, p. 29). Durante todo o século XIX, as escolas locais gradativamente se transformaram em sistemas escolares com ligação territorial e instituições de ensino de massa, que necessitavam de espaço, prédios específicos e exclusivos para a finalidade da educação.

Este artigo analisa o relacionamento entre o Estado e seus membros, conforme construído através do prédio escolar. Evidências históricas encontradas em artigos de jornais, revistas profissionais, documentos relacionados a exposições mundiais e outros materiais programáticos são usadas para detectar discursos, políticas e práticas de como o prédio escolar foi concebido para dar forma ao (futuro) cidadão, em relação a contextos específicos históricos-políticos. A análise é baseada nos casos da Suíça e de Luxemburgo, com início no seu momento histórico correspondente, quando a necessidade de ter prédios específicos e exclusivos para o ensino foi mais intensamente articulada;

---

<sup>3</sup> “*Que les lois de l'éducation doivent être relatives aux principes du gouvernement*” (MONTESQUIEU, 1951, p. 261).

na Suíça no início do século XIX, em Luxemburgo na década de 1880. Ambos os países têm relevantes características em comum e diferentes para discutir o papel do prédio escolar na construção do cidadão. São ambos países multilíngues. A Suíça tem quatro línguas oficiais, distribuídas pelos cantões, que são, em si, unidades políticas; as três línguas oficiais de Luxemburgo<sup>4</sup> são distribuídas em diferentes áreas da vida pública, o que torna o seu multilinguismo um *multilinguismo social*. Esse multilinguismo representou um grande desafio para o estabelecimento de uma unidade política, já que apresentava um grande desafio à ideologia de “uma nação, um povo” (BLOMMAERT; VERSCHUEREN, 1991). Ambos os países apresentaram estratégias e discursos para produzir uma unidade por meio da construção do cidadão ideal através da educação escolar, coincidindo com os debates intensificados e a construção de prédios escolares. Mas tinham - e ainda têm - diferentes sistemas políticos. A Suíça é uma democracia federal e o Luxemburgo, uma monarquia. Ambos os casos demonstram a relação entre mecanismos nacionalmente unificadores, equalizadores e diferenciadores, e os modos complexos pelos quais foram conformadas as expectativas sociais.

Como a Suíça e o Luxemburgo eram ambos pequenos estados rodeados por poderosos estados-nações, se preocupavam com questões de nacionalidade e com a construção do estado-nação. A primeira seção do artigo apresentará o quadro teórico, tanto do conceito de estado-nação, quanto de prédios escolares como uma fonte histórica a partir da qual podemos formular hipóteses sobre o papel da arquitetura escolar no processo de construção da nação. A segunda e terceira seção apresentam os estudos de caso sobre a Suíça e o Luxemburgo. Finalmente, a última seção discute os resultados das comparações que identificam níveis comuns ou diferentes entre si, e espaços de discurso que constroem nações via o prédio escolar como educador.

---

<sup>4</sup> I. e. francês e alemão. O Luxemburguês apenas se tornou um idioma em 1984 - antes disso era considerado um dialeto do alemão.

## PRÉDIOS ESCOLARES COMO RECURSOS SIMBÓLICOS DE ESTADO-NAÇÃO E CIDADANIA

Desde o advento da modernidade e, com ela, o desenvolvimento de uma infraestrutura escolar institucional e material, as sociedades ocidentais têm compartilhado a expectativa de que as crianças terminam a escola como cidadãos educados (OSTERWALDER, 2011; TRÖHLER et al., 2011). Esta expectativa está fortemente ligada à ideia de Estado, Nação e Estados-Nações conforme construída durante o século XIX: uma equação de um Estado definido territorialmente, uma coletividade de povo soberano e um conceito de nação consistindo em *comunidades imaginadas* ou voluntárias, através de decisões tomadas coletivamente e por própria vontade ou através de idioma, etnicidade ou de outras características comuns (ANDERSON, 2016; HOBBSAWM, 2012). Nações, contudo, não são entidades estáticas, a sua construção é um processo dinâmico e historicamente contingente, no qual atores discursivamente envolvidos usam recursos simbólicos e aplicam diferentes mecanismos para criar limites entre o povo e o estado, resultando em definições de *nationhood* (espírito de nação) (ZIMMER, 2003b).

As escolas têm sido amplamente discutidas como espaços onde poderiam ser transmitidos conceitos tais como *nationhood*. E o lugar material onde tem lugar a educação, o prédio escolar, como outras arquiteturas institucionais ou públicas, também tinha importância central no auto-entendimento cultural dos estados-nações, como uma materialização do seu poder político (p. ex. ROTHMAN, 1971), e como parte de um repertório historicista mais amplo para inventar tradições nacionais (HOBBSAWM; RANGER, 2015), manifestado tanto através daquilo que não foi construído como através do construído (COLVIN, 1983). Assim, analisamos a escola em um contexto cultural mais amplo, compreendendo fenômenos de construção da nação e enfocando os prédios escolares como recursos simbólicos juntamente com instituições e valores políticos, cultura, história e geografia (ZIMMER, 2003b). Os prédios escolares preenchem esses critérios: representam a instituição que é responsável pela

transmissão de conhecimento e valores de uma sociedade, são em si mesmos objetos cultural e historicamente embutidos, e fazem parte da distribuição geográfica de um país. Interpretamos os prédios escolares como mais do que meros artefatos culturais ou receptores da educação, um meio social; em lugar disso, os vemos como um discurso que institui noções de cidadania e de frequência à escola. Os prédios escolares também transmitem um conceito de educação: são a primeira ideia de escolarização vista publicamente, e são ao mesmo tempo material e imaterialmente permanentes, diferentes de outros componentes curriculares da gramática da educação. De fato, o prédio escolar é uma parte inseparável das memórias da escola. Pensar em crianças sendo transformadas pela escola recorda o ato de assistir presencialmente as aulas em um edifício escolar, ou o prédio da escola como o elemento de ligação entre o adulto e a lembrança como ex-aluno.<sup>5</sup>

Os conceitos acima mencionados de nação, estado-nação e prédios escolares nutrem a hipótese de que prédios escolares como materialização de uma instituição pública e como expressão cultural funcionam como um recurso simbólico e contribuem para a construção, não apenas da ideia de *nationhood*, mas também dos futuros cidadãos do estado-nação. Através dos aspectos específicos de sua materialidade, os prédios escolares dão forma às expectativas da sociedade a respeito do tipo de cidadão a ser produzido pela educação, as habilidades e conhecimentos adquiridos pelo estudante de uma escola específica, e como será o futuro dele ou dela. Todavia, a contribuição dos prédios escolares à formação de cidadãos de estado-nação não é meramente um processo de poder e controle: Escolano Benito (2003, p. 53-64) descreveu os prédios escolares como sintetizadores de todos os elementos de cultura educacional, onde a criança é transformada no escolar, no sujeito da cultura escolar (p. 55), e, como argumentamos, no cidadão. Prédios escolares, como os centros nevrálgicos para

---

<sup>5</sup> Ian Grosvenor começa o seu ensaio sobre a história sensorial da escolarização com uma citação que produz tal vínculo através da percepção de um odor que transporta o adulto sentiente através do tempo e do espaço à sua infância escolar, visualizando a sala de aula do passado (GROSVENOR, 2012).

a iniciação nos ritos de sociabilidade cultural e normas da civilização, são, por esses motivos, considerados

os meios organizacionais de um mundo vivo envolvendo professores e estudantes, bem como as normas que apoiaram a sociabilidade educacional dos agentes que intervêm nos processos de instrução (Ibid., p. 55).

Por meio desses prédios, as crianças aprendem a entender o mundo (DAVID; WEINSTEIN, 1987). Assim, é também aqui que categorias taxonômicas como classe social, raça, gênero, sexualidade, perícia ou lei se relacionam entre si (por ex. JERRAM, 2013).

A hipótese deste estudo será discutida com base em dois estudos de caso. A Suíça e Luxemburgo como estados multilíngues e suas agendas específicas para construir cidadãos de estado-nação. Para estados-nações multilíngues, os prédios escolares são ferramentas significativas que permitem a interação entre o estado-nação e seus cidadãos, ao utilizar diferentes meios de comunicação além da língua falada ou escrita. Pesquisas sobre o potencial semiótico e mecanismos de construção explicam como expressam significado: Prédios podem ser entendidos como textos (“arquitexturas” cf. LEFEBVRE, 1974) que independem de idiomas nacionais específicos (GOODMAN, 1985; PREZIOSI, 1979; WHYTE, 2006). Podem referir-se a um conjunto nacionalmente unificador de formas, materiais, símbolos e meios de representação que são abertos e compreensíveis para todos os habitantes daquele estado, não importa qual o seu idioma. A pesquisa semiótica também demonstrou que não existe um ‘código’ autônomo e sim o um sistema de relacionamentos, por isso os prédios escolares são culturalmente fixados e assim refletem o ambiente linguístico múltiplo de estados-nações. Falam de maneira diferente aos diferentes destinatários do discurso educacional.

## O EXEMPLO SUÍÇO

Cada cantão legisla à sua própria maneira. [...] Como resultado, a organização da escola é significativamente diferente de um cantão para outro, apesar das analogias e dos antecedentes compartilhados. A Suíça, um tipo de cadinho de experiência social, é um exemplo notável, talvez único no mundo, de um país tão pequeno que goza de uma descentralização política e administrativa tão grande, o que também é refletido no caráter individualista das manifestações arquitetônicas<sup>6</sup> (BAUDIN, 1917, p. 10).

O arquiteto Henry Baudin caracterizou nesta citação com precisão o estado-nação suíço. O cadinho de experiência social refere-se à diversidade linguística, confessional e cultural suíça, e à tradicional autonomia política de cantões com administração descentralizada e comunas altamente empoderadas que desafiaram a construção de um estado-nação unificado durante o século XIX.

Na passagem do século XVIII para o XIX, a Suíça era uma associação solta de estados independentes - tinham acordos de cooperação, mas não uma constituição comum - que foram unificados à força em uma República Helvética de curta duração (1798-1803) por Napoleão Bonaparte (GIUDICI; MUELLER, 2017). No contexto do Iluminismo e Liberalismo, o governo da República Helvética tinha a intenção de estabelecer um sistema escolar que deveria garantir o sucesso do estado republicano por meio de cidadãos instruídos (BÜTIKOFER, 2006; OSTERWALDER, 2000, 2014). Por volta da década de 1830, os cantões suíços começaram a implementar constituições liberais que organizaram as políticas cantonais e, especialmente, as leis referentes a escolas, que variavam entre conceitos federalistas e centralistas (CROUSAZ et al., 2017). Mas, foi apenas em 1848 que o estado suíço federal moderno foi fundado, quando a associação

---

<sup>6</sup> *Chaque canton légiférant à sa manière. [...] Il résulte, de ce fait, une organisation scolaire qui, quoique présentant des analogies et un fond identique, revêt des formes très variées d'un canton à l'autre. La Suisse, sorte de creuset d'expériences sociales, est un exemple frappant, et peut-être unique au monde, d'un si petit pays jouissant d'une si grande décentralisation politique et administrative, décentralisation qui se traduit aussi dans le caractère individualiste des manifestations architecturales.*

solta de estados independentes se outorgou a primeira constituição federal. Contudo, os cantões se consideram até hoje repúblicas e estados soberanos igualmente representados dentro do estado federal.<sup>7</sup> Dentro do sistema educacional, a constituição federal empoderou o governo federal para que criasse institutos de ensino superior; a Universidade Politécnica Suíça (*Swiss Polytechnic University*, agora ETH) foi fundada em 1855 e desempenhou um papel importante no processo de construção da nação (GUGERLI et al., 2010). Em nome da reforma da constituição federal, em 1874, foi estabelecida a educação compulsória, gratuita e administrada pelo estado, garantindo liberdade de religião (BUNDESVERFASSUNG..., 1874, Art. 28). Essas condições já apareciam na maioria das constituições cantonais; contudo, sua inclusão na constituição federal foi altamente controversa, porque parecia ameaçar a autonomia dos cantões (CRIBLEZ; HUBER, 2008).

Em 1882, Ernest Renan descreveu a Suíça como uma nação por vontade e consentimento, um estado que conscientemente opta por ser uma comunidade de cidadãos diversificados (RENAN, 1990). Foi essa diversidade que passou a constituir a identidade nacional, a política de estado multinível e as leis escolares cantonais. Assuntos referentes à escola em geral, e regulamentos de construção de escola especificamente, são até os dias de hoje da competência dos cantões e das comunas. Olhando o estudo de Zimmer sobre a mudança de conceitos de identidade nacional em relação a contextos domésticos e internacionais e junções históricas (ZIMMER, 2003a), analisaremos como o prédio escolar define a cidadania suíça oscilando entre o local, cantonal e nacional.

---

<sup>7</sup> Esse entendimento é refletido na constituição cantonal, por exemplo. “<sup>1</sup> O cantão de Ticino é uma república democrática de cultura e língua italiana. <sup>2</sup> O cantão é um estado da Confederação Suíça, cuja soberania é limitada apenas pela constituição federal” (COSTITUZIONE..., 14 dicembre 1997, n. d., Art. 1) “<sup>1</sup> Il Cantone Ticino è una repubblica democratica di cultura e lingua italiana. <sup>2</sup> Il Cantone è membro della Confederazione svizzera e la sua sovranità è limitata soltanto dalla Costituzione federale.”

## **OS CANTÕES COMO PEQUENAS NAÇÕES: REGULAMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES CANTONAIS E DISCURSOS NACIONAIS**

Apesar da declaração de Baudin sobre a arquitetura individualista que explicitamente incluiu os prédios escolares, a historiografia no século XX tendia a afirmar o contrário quanto aos prédios escolares do século XIX, dizendo que eram todas esquemáticas, no melhor dos casos variações entre si (OBERHÄNSLI, 1996; SCHNEIDER, 2008). Essa interpretação indiferenciada é, contudo, nutrida pela profissionalização dos arquitetos e o movimento de proteção do patrimônio no início do século XX (HELFENBERGER, 2013). O desenvolvimento de regulamentos relativos aos prédios escolares e discussões públicas na Suíça demonstram, através de padronização e diversidade, que os prédios escolares estavam embutidos no contexto da construção de nação, tanto nos cantões como na posterior Confederação Suíça e assim contribuíram para a construção do cidadão suíço cantonal e nacional.

### **Da necessidade de conhecimento a expectativas padronizadas**

Já na década de 1830, cantões com governos liberais, tais como Berna e Zurique, discutiam o lançamento de regulamentos oficiais e vinculantes para a construção de prédios escolares acompanhados por protótipos. As autoridades locais do Cantão de Zurique apelaram às autoridades cantonais explicitamente exigindo regulamentos oficiais afirmando que faltava conhecimento ao construtor (HOTTINGER, 1830). As próprias autoridades cantonais responderam fazendo um apelo a arquitetos e professores como autoridades profissionais (HELFENBERGER, 2013). Berna de fato usava seus próprios protótipos ou planos de prédios escolares específicos reconhecidos como modelos do papel, mas Zurique foi o primeiro cantão suíço a regulamentar oficialmente a

construção de prédios (ANLEITUNG..., 1835, MUSTERPLÄNE..., 1836). Embora fossem exigidos pela legislação escolar de Berna de 1835, os regulamentos e protótipos oficiais não foram lançados antes de 1881 (SCHNEEBERGER, 2005, p. 24). E a maioria dos cantões não seguiu esse caminho até as décadas de 1870 e 1880, após a reforma constitucional federal de 1874. Minutas da constituição incluíam subsídios do governo federal e uma coleção de protótipos para aliviar as despesas dos cantões (SCHNEEBERGER, 2005). Como parte do sistema escolar, a rejeição de uma legislação escolar nacional e protótipos nacionais de construção de escolas enfatizam o caráter independente dos cantões como elas próprias “pequenas nações”.

Zurique havia enviado duas cópias do seu regulamento e protótipos a cada autoridade cantonal, imediatamente após terem sido lançados. Assim, as autoridades em toda a Suíça estavam pelo menos informadas a respeito de certas normas (HELFENBERGER, 2013). De fato, os cantões que tinham lançado ou revisado regulamentos de construção escolar entre 1852 e 1900 tomaram como base, parcialmente, o regulamento de 1835, e suas revisões posteriores. Consequentemente, esses documentos revelam certo grau de padronização com respeito às expectativas relativas a qualidade de construção, higiene, necessidades pedagógicas e resultado estético.

Os protótipos de Zurique de 1836 foram projetados em um estilo clássico que tem sido interpretado como “representativo” do poder cantonal centralista recém-estabelecido, no sentido de referir-se a outros prédios públicos cantonais, deliberadamente deixando de tomar conhecimento das casas burguesas e patrícias da época, que também adotaram o estilo neoclássico. Como a residência do professor muitas vezes estava incluída no prédio da escola, é mais provável que o projeto também deveria representar o ancoradouro local da escola, e o papel do professor e seu status crescente desde o último terço do século XVIII (BRÜHWILER, 2014; HELFENBERGER, 2016). O apartamento do professor na escola também foi discutido porque fazia parte do salário do professor e esperava-se que atraísse pessoal qualificado (BRÜHWILER, 2016; HELFENBERGER,

2013). Também, os prédios escolares de Berna variaram durante todo o decorrer do século XIX, segundo as condições locais, em vez de basear-se apenas nos protótipos de estilo neoclássico ou misto de Zurique ou Berna (SCHNEEBERGER, 2005).

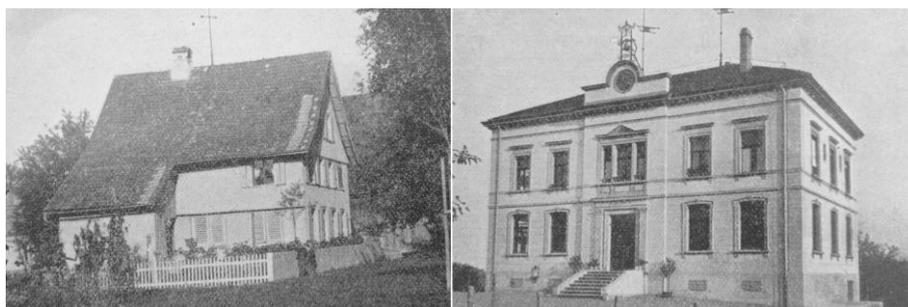
Um quarto de século depois, quando as autoridades cantonais de Zurique inspecionaram as escolas da comuna e revisaram o regulamento entre 1859 e 1861, persistiu a ancoragem local do prédio da escola, e as expectativas e escalas de avaliação ainda apresentavam diferenças importantes. Nem procedimentos estéticos, nem administrativos eram padronizados. Quando foi constituída a Associação de Professores da Suíça (*Swiss Teachers Association*) e a publicação de relatórios oficiais locais e regionais na revista da associação, o prédio da escola tornou-se um objeto de perfil local e concorrência (HELFENBERGER, 2013). De fato, nenhum dos regulamentos cantonais posteriores prescreveram um estilo específico ou regras gerais vinculantes para a arquitetura externa, mas em vez disso pediam um projeto bem-equilibrado e despretensioso (por ex. GROB, 1887, p. 162; VERORDNUNG..., 4.5.1891, § 32). Apesar da negação explícita do luxo, houve certo grau de padronização lá pelo final do século XIX, dependendo de interesses e condições locais. A reivindicação de um desenho externo despretensioso não significava abster-se de decorações nobres da fachada para distinguir os prédios escolares de fábricas e preservar o caráter de um prédio público. No cantão de Berna “um exterior digno” geralmente significava um estilo clássico ou neo-renascentista e expor o prédio escolar a ruas importantes, em vez de separado e independente conforme recomendado por especialistas em higiene. Assim, os prédios escolares em comunas rurais se destacavam do meio-ambiente<sup>8</sup> (SCHNEEBERGER, 2005, p. 110-114). O novo prédio escolar em Hohentannen, Cantão de Thurgau, construído em 1903, é um exemplo dessa tendência (Fig. 1). Do ponto de vista do professor, o novo prédio refletia o sacrifício de uma comuna rural em favor do progresso e da educação, observando que era igual ao sacrifício

---

<sup>8</sup> Um desenvolvimento semelhante pode ser observado em outros cantões, por exemplo, em Lucerna (OBERHÄNSLI, 1996; PFENNIGER, 1998).

das comunas urbanas, assim valorizando a importância dada à educação por cidadãos rurais (HELFENBERGER, 2013).

**Figura 1** - Hohentannen antes (1809) e depois da “padronização” (1903). Antiga e nova escola em Hohentannen (Cantão de Thurgau).



**Fonte:** *Schweizerische Lehrerzeitung*, v. 48, p. 285, 1903.

As expectativas padronizadas através de toda a Suíça funcionaram como recursos simbólicos para definir a identidade nacional, já que poderiam ser transformadas em valores comuns e conhecimentos com efeito unificador em um período marcado pela Guerra Franco-Prussiana e pelas Exposições Mundiais.

### **Posicionamento da escola e dos prédios escolares entre o local e o internacional: conhecimentos e tradições locais como recursos simbólicos**

A tendência de padronização deve ser entendida no contexto de exposições mundiais, a exposição nacional da Suíça em 1883, exposições de escola e higiene que estimularam a auto-representação de cantões e nações através da educação e dos prédios escolares. Os conhecimentos especializados nacionais e internacionais tornaram-se mais relevantes do que sugestões locais (HELFENBERGER, 2018). Na Feira Mundial Internacional em Paris, em 1878, o *Bundesrat* (Governo Nacional Suíço) queria exibir o sistema escolar suíço (ZUR PARISER..., 1877). Os cantões foram convocados a enviar seu material para a

exposição em Zurique. Os organizadores se preocupavam em exibir um sistema escolar suíço que não era unitário, e assim não era nacional. Essa preocupação persistiu em 1883 quando a exposição nacional suíça teve lugar em Zurique. Uma comissão formada por representantes cantonais, nomeada em 1881, concluiu que a exposição deveria ser *nacional* e, portanto, não baseada em critérios cantonais, mas sim em critérios fáticos e educacionais (WETTSTEIN, 1884, p. 25-26).

Embora o Governo Federal não tivesse competências sobre a educação compulsória - salvo o papel subsidiário caso os cantões não levassem isso suficientemente em conta, o Departamento Federal do Interior (*Federal Department of Home Affairs*) ordenou um relatório sobre as exposições escolares permanentes existentes em 1887.<sup>9</sup> O relatório sugeriu que essas exposições fossem organizadas por perfis temáticos - foi proposto que as exposições sobre prédios escolares tivessem lugar em Berna - em vez de estruturadas por cantões para criar uma exposição escolar nacional: “Combinadas, todas as exposições oferecem a imagem harmoniosa de exposição de escolas suíças, grande [...], autêntica, unificada” para ser mostrada em exposições mundiais<sup>10</sup> (GUNZINGER, 1887, p. 139).

Os critérios gerais “fáticos” e “pedagógicos” se aplicavam também aos prédios escolares. Como critérios gerais com relação aos prédios escolares podem ser aplicados os padrões de qualidade, higiene e pedagogia que poderiam ser rotulados como suíços. Além disso, há um elemento dos prédios escolares que ajudava a escola a irromper através de uma característica nacional suíça; os sistemas de aquecimento e ventilação como produtos da instituição educacional

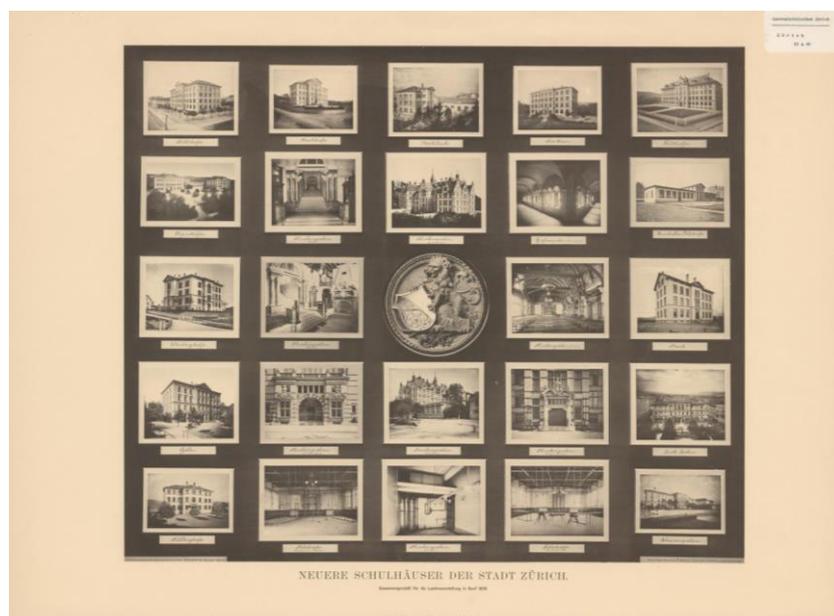
---

<sup>9</sup> Em 1882, os eleitores eligíveis rejeitaram uma lei federal de escolas que incluía um uma secretaria central de educação que teria tido a tarefa de inspecionar as escolas primárias. Os cantões de língua francesa se opuseram ao projeto de lei porque viam nele uma analogia ao governo centralizador francês. Os eleitores conservadores religiosos queriam impedir a secularização das escolas e funcionários de escola seculares (CRIBLEZ, 2007, p. 263-266; CRIBLEZ; HUBER, 2008). Os debates sobre a legislação escolar e a secretaria federal escolar inicialmente foram maiores do que o projeto de exposição escolar. As diferenças puderam ser resolvidas organizando o material exposto tematicamente e abstendo-se de expor o trabalho dos estudantes (BÜCHLER, 1970, p. 62-68).

<sup>10</sup> *Zusammengeschlossen böten sämtliche Ausstellungen das harmonische Bild einer grossen [...], einer ächten, einheitlichen schweizerischen Schulausstellung.*

mais elevada na Suíça: a ETH. Engenheiros suíços foram internacionalmente considerados inovadores quanto aos sistemas de aquecimento e ventilação aplicados em prédios escolares (HELFENBERGER, 2018). Assim, os prédios escolares poderiam representar a nação junto ao ETH, que foi ao mesmo tempo produto e motor do estado suíço moderno (GUGERLI et al., 2010). Paralelamente ao desenvolvimento desse “*Swissness*” (condição de ser suíço) no contexto internacional, os cantões e mesmo as cidades ainda enfatizaram sua independência destacando seus prédios escolares. Representando a exposição nacional de 1896 em Genebra, por exemplo, Zurique expôs um poster fotográfico dos seus prédios escolares mais representativos na cidade de Zurique (Fig. 2). E os mestres pedreiros locais publicaram análises sobre os prédios comunais ou cantonais mais recentes (por ex. GEISER, 1901; NEUERE SCHULHAUSBAUTEN..., 1906).

**Figura 2** - Prédios escolares mais recentes da cidade de Zurique: compilados para a Exposição Nacional em Genebra, 1896.



**Fonte:** Zentralbibliothek Zürich, ca. 1896.

Além disso, a importância local do prédio escolar foi discutida cada vez

mais, no início do século XX, um período marcado por alto investimento na construção de prédios, demolição de prédios tradicionais, substituídos por prédios modernos *art nouveau* e movimento demográfico internacional. Os processos acelerados de mudança e modernização foram acompanhados pela sua contrapartida, o chamado movimento de reforma de vida, como resposta à percebida e temida perda de identidade cultural. Neste contexto, a Swiss Heritage Society foi fundada em 1905 para proteger bens materiais e imateriais identificados com a cultura e identidade nacionais (HELFENBERGER, 2013; PFISTER, 1997, p. 53-56). Na revista da *Society*, o prédio escolar foi definido como “coeducador silencioso”. Como prédio público, fazia parte da propriedade pública, e assim devia materializar a consciência da comunidade, expressar o caráter da população. Dessa forma a arquitetura como projeto das escolas deveria seguir as tradições locais, em vez de imitar a estética estrangeira - e estrangeira significa aqui não apenas extranacional, mas também a importação da arquitetura urbana para comunas rurais. Caso contrário, a criança não poderia identificar-se com a sua comuna, não se sentiria “à vontade” na escola. O prédio escolar como co-educador silencioso também significava educação estética para permitir que as pessoas distinguissem entre arquitetura boa e ruim, decorassem seus futuros lares com a indústria de artesãos locais, e os ajudasse a preservar lembranças felizes da escola (BLOESCH, 1916; HELFENBERGER, 2013; WERNLY, 1907).

Embora o pavilhão suíço na exposição internacional de higiene em Dresden tenha apresentado a Suíça como a nação suíça; na Suíça, nacionalidade ou *nationhood* foram ligadas cada vez mais à comuna local construindo o nacional sem mencionar o estado-nação em um sentido político. Em 1912, o arquiteto J. E. Fritsch publicou uma revisão dos prédios escolares construídos na Suíça naquele ano. Como exemplos típicos temos escolas construídas em comunas, não em cantões: a cidade de St. Gallen, Zollikerberg (Zurique), Bümpliz (Berna), e Neuhausen (Schaffhausen) (FRITSCHI, 1913, p. 554-555). Em lugar de usar o termo “nacional” ou “suíço”, referiu-se à Suíça como a Pátria. A unidade nacional foi construída segundo padrões de arquitetura profissional, combinando

higiene e qualidade da arquitetura tendo como novos critérios a adaptação estética ao ambiente local, além do esplendor e imponência que honravam as comunas (FRITSCHI, 1913, p. 551). Em concordância com a ideia da escola como um lar para a criança, fachadas e interiores agora imponentes mas frugais refletiam “grande amor” e habilidade artística resultante em “instalação[ões] das quais a comunidade pode se orgulhar” (FRITSCHI, 1913, p. 554).

## **ANCORAGEM DOS CIDADÃOS ATRAVÉS DE PRÉDIOS ESCOLARES**

A escola foi considerada como um indicador importante de cidadania, por causa dos elevados gastos públicos envolvidos, demonstrando o serviço patriótico das pessoas em favor do desenvolvimento local e nacional. Fazer apelo e reconhecer a disponibilidade de sacrificar-se em favor da educação foi uma forma de ancorar os cidadãos adultos e infantis. O prédio da escola como transmissor de conteúdo educacional não foi uma novidade do movimento de proteção ao patrimônio. Em 1869, o médico alemão Georg Varrentrapp comparou o prédio da escola como um manual no qual a criança, o futuro adulto e cidadão, podia aprender. Recapitulando o regulamento de prédios escolares de Zurique, no ano de 1861,<sup>11</sup> ele concluiu que o prédio da escola tinha de ser colocado em um nível um pouco elevado para tornar a sua importância visível aos olhos de crianças e cidadãos (VARRENTRAPP, 1869). No início do século XX, os regulamentos cantonais para prédios escolares enfatizavam o papel da escola como educador em matéria de higiene. A escola deveria ser um modelo de limpeza e ordem para as crianças (KREISSCHREIBEN..., 13.11.1911, s. p.). Mas os escolares também deveriam cuidar do prédio, mantendo-o limpo (REGULATIV..., 9.7.1907, Art. 66) e serem responsáveis por danos causados por eles a prédios ou móveis (RÈGLEMENT..., 15.2.1907, Art. 93).

---

<sup>11</sup> Este regulamento revisado era quase idêntico ao regulamento original de 1835.

O engajamento cívico pela escola local podia ser recompensado, eventualmente integrando os escritórios das autoridades escolares locais no prédio da escola, como ocorreu na cidade de St. Gallen em 1912, quando a intenção era ter a escola profissionalizante como um “lar” não apenas para os futuros artesãos para a indústria local, mas também para as autoridades escolares e administradores (FRITSCHI, 1913, p. 551-554).

O movimento de proteção do patrimônio coincidiu com o número cada vez maior de arquitetos que se formaram na ETH. Esses arquitetos se engajaram contra o monopólio dos arquitetos oficiais e de cidades e comunas e, discursivamente, transformaram o prédio de escola de um prédio funcional em artístico, acrescentando - não substituindo - a ideia de alcançar a alma das crianças a(à) ideia do cidadão higienicamente educado. A combinação de ancoramento local através do engajamento dos poderes públicos e das pessoas, os interesses profissionais de arquitetos e médicos, e os procedimentos democráticos do sistema político suíço transformaram o co-educador silencioso em um “co-educador secreto” que poderia influenciar diretamente (influenciou diretamente) a alma do escolar (HELFENBERGER, 2013). Em 1917, Henry Baudin explicou:

Essas ações [educacionais] simultâneas [...] tem uma feliz influência sobre [...] a criação de gerações equipadas, armadas para a dura luta material e moral pela vida. Portanto, não é imprudente dizer que [...] na Suíça, a arquitetura escolar pode ser considerada, se não um fator primordial, pelo menos um auxiliar poderoso e indispensável para a educação e instrução, porque, mais e mais, os arquitetos suíços são dominados pela idéia de transformar a escola em “uma casa de alegria e luz, onde a alma da criança se abriria com um sorriso para a beleza das coisas<sup>12</sup> (BAUDIN, 1917, p. 12).

---

<sup>12</sup> *Ces actions [éducatives] simultanées [...] ont [...] une heureuse influence sur [...] la création de générations outillées et armées en vue de la dure lutte matérielle et morale pour la vie. Il n'est donc pas téméraire de dire que [...] en Suisse, l'architecture scolaire peut être considérée, sinon comme un facteur primordial, mais comme un auxiliaire puissant et indispensable de l'instruction et de l'éducation, car, de plus en plus, les architectes suisses sont dominés par*

## O CIDADÃO SUÍÇO MULTIFACETADO

Prédios escolares na Suíça deram suporte à formação de um cidadão suíço multifacetado: incluem espaços de conhecimento locais, cantonais, nacionais e internacionais, e o envolvimento de leigos e profissionais. Os prédios escolares fazem parte de uma escolarização que não pode ser claramente atribuída a uma única profissão ou a uma autoridade política. Assim, representam ao mesmo tempo uma área de concorrência e a síntese material de tais relações. O engajamento local e a estética local ancoraram o cidadão na comuna. Exposições nacionais e concorrência cantonal ancoraram o cidadão no cantão. A produção tecnológica da ETH e sua competitividade internacional ancoraram o cidadão no estado-nação. Todos esses fatores, o sacrifício das pessoas, estética, tecnologia, autoridade política em um sistema de níveis múltiplos, e discurso profissional unificado pela ciência mais do que pelo estado-nação se fundiram no prédio escolar como co-educador, que supostamente deveria diferenciar e padronizar ao mesmo tempo. Diferenciação significava ser um cidadão suíço ao contrário de outros estados-nações, um cidadão de um cantão específico e, no cantão, o cidadão de uma comuna específica. A padronização significava a expectativa compartilhada não apenas com respeito à qualidade tecnológica e estética do prédio escolar, mas também que a educação em todos os níveis do sistema era um pilar do estado suíço e uma característica comum dos cidadãos suíços.

---

*l'idée de faire de l'école "une maison de gaieté et de lumière où l'âme de l'enfant s'ouvrirait dans un sourire à la beauté des choses".*

## O EXEMPLO LUXEMBURGUÊS

### Unificação da Nação Luxemburguesa

O Luxemburgo, um pequeno Grão Ducado multilíngue que fica no meio da Europa, entre a Alemanha e a França, não podia construir sua visão nacional com base em uma cidadania monolíngue. No decorrer da história tinha sido considerado parte da Alemanha, França, Bélgica e Países Baixos, dando origem à ideia de um bilinguismo social. Assim, Luxemburgo tinha uma preocupação profunda com a autonomia nacional, tamanho e competitividade internacional.

A combinação de uma maioria populacional de língua alemã e elites (urbanas) tradicionalmente francófonas promoveu a ideia de uma “cultura mista” específica, pressupondo que as melhores influências culturais dos estados vizinhos se reuniam em uma mistura singular. Essa mistura singular também está onipresente no multilinguismo arquitetônico. Pesquisas sobre a arquitetura luxemburguesa em geral conceitualizaram essa mistura como *knocking signs in the middle of Europe* (NOTTROT et al., 1999): A arquitetura luxemburguesa combinou características tipicamente locais e nacionais com influências internacionais desde o século XVIII devido à chegada dos construtores tirolezes (WAGNER, 2010). E, ainda hoje, o cenário luxemburguês revela traços contingentes arquitetônicos muito diferentes da arquitetura italiana, espanhola, valonense (de Beauffe), francesa (Vauban), austríaca e prussiana.

A fim de compreender as relações complexas entre o ambiente escolar construído e visões da cidadania do estado-nação nessa “cultura mista” específica, discutiremos o papel dos prédios escolares na unificação da nação, a escola local como um meio para criar ambientes locais e biótopos para diferentes tipos de cidadãos, e como essas diferenciações locais - ao contrário da Suíça - seguiram um discurso de hierarquias sociais e diferenciação dentro da nação que distinguiu “centro” de “periferia”. Evidências históricas serão obtidas dos dois booms de construção nacional nas décadas de 1870-80 e 1950-60.

## **Uma nação com um centro construído: a cidade de Luxemburgo como modelo de educação urbana**

A história dos prédios escolares de Luxemburgo espelha o longo processo de construção da nação. No final do século VIII, a educação em cidades maiores tinha lugar dentro de outros espaços de autoridade local, conforme ilustrado pelo caso da cidade de Wiltz: O mesmo prédio albergava não apenas a escola primária local, mas também o oficial de justiça, a polícia local e o caçador do duque (THEIN, 1991), assim formando uma unidade inseparável de poder de Estado, privilégios dos nobres locais e escola. Quando Luxemburgo ficou sob o governo francês durante a Revolução Francesa, essa unidade em grande parte desandou: muitas escolas foram entregues à comuna e os espaços de privilégios dos nobres locais foram leiloados para notáveis locais.

Um estado luxemburguês tinha sido planejado em 1815 no Congresso de Viena, embora fosse governado pela monarquia holandesa em união pessoal. Essa província de Luxemburgo comumente alugava prédios para os meses de inverno, com a finalidade de proporcionar instituições escolares públicas. Em 1817, Luxemburgo contou 168 escolas alugadas no inverno para 500 mestres-escolas. Simultaneamente, o governo organizou competições arquitetônicas para erigir novas escolas e nomeou uma comissão composta de comissários estatais de arquitetura, um geólogo e importantes notáveis locais, mas nenhum especialista em educação esteve envolvido (THEIN, 1991, p. 113). Mas ainda após a independência em 1839, muitas comunas, especialmente em áreas rurais tais como Oesling, mantinham escolas sem ter um prédio escolar.

Nas décadas de 1870 e 1880, todavia, a reutilização de prédios que não haviam sido originalmente destinados a escolas foi criticada como inapropriada e inoportuna. Michel Rodange, por exemplo, escreveu na sua famosa história de animais, *Rénert*, um dos projetos literários mais conhecidos da formação da nação de Luxemburgo, a respeito da escola em Waldbillig, um antigo galpão:

Seu teto é transparente,  
O feno voa pela aldeia,  
É tão apropriado como prédio escolar  
Como um funil como cesto (RODANGE, 1872, p. 152)<sup>13</sup>.

A partir de então tornou-se usual construir um prédio exclusivamente para uso como escola. Isso teve início no centro e se disseminou para a periferia. A ideia de escolas como “um estabelecimento pura e simplesmente para instrução” tornou-se o discurso dominante (WINGERT, 1939, p. 142).

Esse período de construção de escolas é diretamente ligado a contextos de formação de nação que andaram de mãos dadas com a formação do centro construído da nação. Em 1867, a fortaleza de Luxemburgo, que havia hospedado uma guarnição prussiana e era considerada inexpugnável, foi demolida em consequência de negociações entre a França e a Alemanha, que conduzem à declaração da neutralidade de Luxemburgo. A demolição da fortaleza fundamentalmente mudou a aparência da cidade capital. Ao mesmo tempo, Luxemburgo mudou de um país de emigração para um país de imigração, e passou por uma nítida retomada econômica. Esse desenvolvimento implicou em uma dramática mudança de política dentro do novo Estado.

A cidade então se expandiu durante as décadas seguintes, além dos limites da antiga fortaleza e evoluiu arquitetônica e urbanisticamente. Foram construídos bulevares, parques, platôs e pontes na cidade, ligando os novos bairros em torno da estação ferroviária ao centro da cidade. Atividades de construção de prédios escolares daquela época incluem as escolas em Pfaffenthal (1872), Bonnevoie (1872), Clausen (1876), Hollerich (1877 e 1885), e Grund (1878). A década de 1870 também trouxe uma nova prosperidade às comunas de Luxemburgo, especialmente do centro. Foram construídas escolas, por exemplo em Muhlenbach (1884), Dommeldange (1889), Eich-Neudorf (1871-1877), e

---

<sup>13</sup> *Den Dach drop ass durchsiichteg/Säi Stre'h flitt uechter t'Duerf,/e passt fir op e Schoulhous/we'n Trichter op ee Kuerf.*

Pulvermühle (1880). Os projetos amplos de reforma da política cultural e educacional provavelmente foram endossados pelo aumento da institucionalização, padronização e sistematização. Além disso, ampliaram as principais estruturas educacionais existentes, que tinha sido percebida como fenômenos urbanos na capital ou no interior, locais ou fixados em estratos, para projetos nacionais. Uma dessas reformas foi a implementação da educação obrigatória em 1881, que expandiu e organizou o sistema escolar público. Fontes cartões postais com imagens de prédios escolares enfatizaram as aspirações no sentido de disponibilizar a educação primária para todos os cidadãos e demonstraram a transformação do prédio escolar em um símbolo de progresso (ou fracasso) do sistema moderno da escola pública (SCHREIBER, 2017).

Outra expansão importante da escola teve lugar após a Segunda Guerra Mundial. A atividade de construção em geral teve um boom na década de 1950, com o apoio financeiro dos Estados Unidos para substituir as escolas destruídas durante a guerra. Também foram construídas novas escolas primárias e médias em todo o país, especialmente no Norte rural e estruturalmente fraco de Luxemburgo. A aparência externa das escolas seguiu uma construção e desenho em geral uniformes, não importa qual a finalidade da escola e o tipo de escola. Essa expansão de prédios escolares foi vista como uma correlação de progresso e esperança em um novo futuro: “uma torre mental de aspirações culturais e cooperação nacional [...] que prometeram um futuro feliz em um Luxemburgo renovado” (ANLUX..., MEN-1620, 1948)<sup>14</sup>.

Como símbolo de progresso e esperança, o prédio escolar teve efeito tanto localmente, onde também prometia uma nova dimensão de justiça social e de oportunidades, especialmente para os filhos de operários da indústria e, internacionalmente, onde sinalizou que Luxemburgo poderia acompanhar o desenvolvimento internacional:

---

<sup>14</sup> *[D]er geistige Turm des kulturellen Strebens und des nationalen Zusammenwirkens gemeint [...], der eine glückliche Zukunft in einem erneuerten Luxemburg verheißt.*

Lá embaixo no vale, o pai trabalha na aciaria, mas de vez em quando lança um olhar na direção do bairro Fonderie, onde seu filho está sendo preparado para a vida futura no novo prédio escolar (ANLUX..., MEN-1622, 1948)<sup>15</sup>.

Oportunidades iguais e coerência nacional eram os pontos centrais do programa de construção de escolas e seus discursos correspondentes. Diferenças hierárquicas até então existentes, tais como o caráter ascético de escolas no Norte rural, foram retrospectivamente atribuídas a circunstâncias climáticas, como ventos fortes, em vez de hierarquias sociais (SIMON, 1990). As escolas, doravante deveriam atender precipuamente aos “critérios de funcionalidade e racionalidade” (ANLUX..., MEN-1620, s. d., ap. 1960) através da pressuposição de que um ambiente arquitetônico luxuoso e livre de representação tinha maior probabilidade de corresponder à atribuição pedagógica e educativa da escola.

Uma atenção pública notável na década de 1960 - mais de 30 artigos de jornal em dois anos - sublinhou a noção igualitária e unificadora de novas escolas primárias e centros escolares que, além do mais, eram celebrados com grandes cerimônias públicas de abertura embutidas em rituais religiosos e locais (LUXEMBURGER WORT, 6 out. 1969, p. 5; 16 jul. 1970, p. 6). As novas entidades do sistema escolar unificado simbolizavam o projeto da comunidade: recebiam consagrações católicas, as pessoas cantavam o hino nacional, a carta da construção era encerrada nos muros e, o *hammerscale* tradicional era celebrado. Entre os convidados locais não apenas havia representantes da comuna, do clero e dos políticos, mas também membros proeminentes do exército e da polícia (por ex. LUXEMBURGER WORT, 6 out. 1969).

Com o passar das décadas, os prédios escolares tornaram-se prédios institucionais nacionais que serviram de múltiplas maneiras à unificação nacional, algumas das quais serão delineadas depois.

---

<sup>15</sup> *Unten im Korntal arbeitet auf der Hütte der Vater, dessen Blick zuzeiten zum Fonderieviertel hinübergleitet, wo der Sohn im neuen Schulgebäude auf das spätere Leben vorbereitet wird.*

## O prédio escolar como prédio público e arquitetura moral

Um antigo estudante da escola da cidade relatou como a vista da sala de aula para a catedral, prédio de administração do cidadão e correio com seu relógio imponente impressionou os escolares (SCHWAB, 1969). De fato, os prédios escolares formavam um complexo público como arquitetura moral juntamente com outras instituições do estado-nação (ROTHMAN, 1971). A localização do prédio escolar refletia o papel da instituição dentro da comuna e no estado; “a escola, como a igreja, é um aspecto dominante da aldeia, da cidade, da cena (paisagem) e do país”<sup>16</sup> (FRIEDEN, 1955, p. 265).

Na maioria das comunas luxemburguesas no século XIX e no início do século XX, os prédios escolares eram construídos perto de igrejas e a elas ligadas por uma senda estreita. O boom de construção nas décadas de 1950 e 1960 produziram novas relações arquitetônicas complexas com prédios escolares, tais como interações de espaços com caixas de poupança, prédios de correios e casas comunitárias. Serviços comunitários como a secretaria da comuna e espaços de assembleia para os conselhos locais compartilhavam o espaço com a escola (SCHREIBER, 2017).

Rothman delineou como a construção de prédios estatais era associada com o “triunfo do bem sobre o mal, da ordem sobre o caos” (ROTHMAN, 1971, p. 85) referindo-se à Revolução Francesa como contra-exemplo negativo. Paris, em cem anos, havia construído ruas mais belas do que Luxemburgo e, contudo, o próprio povo francês as queimara, porque lhes faltava boa educação e moralidade. Assim, a inserção pública da escola andava de mãos dadas com a definição de valores nacionais para educar moralmente os jovens a fim de se tornarem cidadãos leais do Estado (LUXEMBURGER WORT, 10 fev. 1873). Deficiências de prédios escolares foram colocadas em correlação com um déficit moral. Por exemplo, as escolas foram criticadas por ter muitas salas de aula

---

<sup>16</sup> *L'école comme l'église est une dominante du village, de la ville, du paysage et du pays.*

alinhadas ao longo de corredores muito estreitos:

[É] impossível manter ordem e disciplina [...] antes ou depois da escola e durante os recreios, mesmo para garantir vergonha e moralidade; [...] especialmente os meninos tornam-se hábitos de exuberância e impertinência, de brutalidade e maldade (Ibid.).<sup>17</sup>

Esses traços morais atribuídos a prédios escolares mostram quão persistente era a noção do século XIX a respeito do estado nação como uma nação moral no século XX. Era menos óbvia, mas não menos intensa na década de 1950. Esperava-se que o prédio escolar ensinasse a criança a conformar o ambiente por ele ou ela mesmo, tornando-o melhor, mais lindo e mais valioso. Com essa finalidade, o prédio escolar deveria aumentar - além de desenvolver a inteligência dos alunos - o caráter moral do escolar, por exemplo, o desejo de atividade, senso prático e estético (GREISCH, 1955).

O caráter moral do sistema escolar era apoiado especialmente em áreas rurais por um novo tipo de prédio escolar, o assim chamado centro escolar (LUXEMBURGER WORT, 21 mar. 1968). Funcionava como um biótipo sadio da comunidade local e guiava o comportamento onde havia uma desconfiança geral da população. Integrava cantinas, *classes vertes* (“aulas verdes”, possibilidades de atividades de aprendizagem ao ar livre, p. ex., via jardins escolares ou eco-preparações; cf. KLEIN, 2005), medidas sociais tais como leite pela manhã para todos os alunos, ou instalações desportivas (LUXEMBURGER WORT, 15 set. 1970, p. 10), e promovia o ideal da escolarização na qualidade de uma experiência escolar abrangente proporcionando espaços criativos para os encontros da comunidade local com todas as idades e além dos limites de classe.

---

<sup>17</sup> *Unmöglichkeit, vor wie nach der Schule und in den Pausen [...] Ordnung, Zucht und Disziplin aufrechtzuhalten, ja [...] Schamhaftigkeit und Moralität zu wahren, [...] besonders bei den Knaben, das Einreißen eines Geistes von Ausgelassenheit und Frechheit, von Rohheit und Gemeinheit.*

## **DIFERENTES ESPAÇOS VITAIS: ESCOLAS COMO AMBIENTES**

### **A comuna como a pequena nação**

Os prédios escolares também funcionavam como ferramentas para ancorar os cidadãos. A localização do prédio escolar servia às comunidades para distinguir as áreas boas das ruínas. Até o final do século XIX, de qualquer modo, as escolas eram colocadas em espaços não-comerciais, em zonas cívicas com outros prédios públicos, ou em zonas residenciais domésticas, visando atrair famílias jovens aos subúrbios. Um sentido para a comunidade local também deveria ser fomentado ao incentivar os pais a manterem a população firmemente unida (FISCHBACH et al., 1955).

Esse tipo de planejamento social andou de mãos dadas com a burocracia do sistema escolar. Os prédios escolares, por exemplo, eram integrados nas estatísticas oficiais, o que proporcionava aos inspetores critérios concretos para tornarem as salas de aula comparáveis e avaliar escolas. Relatórios sobre prédios escolares não eram prescritos para os inspetores das escolas, contudo, a maioria deles criticava a situação da construção de escolas nos seus relatórios, assim demonstrando que o prédio escolar proporcionava meios de comparar comunas quanto a mobiliário, tamanho, orientação, localização, instalações sanitárias, luz, tratamento contra ruído, (insonoração), a cozinha, até mesmo a cor das paredes e instruções muito detalhadas para medir o prédio. Muitas escolas não satisfaziam os requisitos, tais como esclarecer o orçamento antes da construção (ANLUX..., MEN-1620, 1947-1960). A fim de adiantar um projeto de construção de escola, eram requeridos documentos sobre o desenvolvimento nacional ou da comuna: estatísticas populacionais, frequência escolar futura estimada, perfis demográficos da comuna e conhecimento especializado do inspetor da escola (ANLUX..., MEN-1620, 1964). Contudo, apesar dessas prescrições, muitos planos de construção de escolas foram aprovados sem os documentos. Essas medidas tinham maior probabilidade de estabelecer procedimentos objetivos envolvendo

perícia oficial do que a tomada de decisões, supostamente visando vencer as tensões intranacionais entre diferentes grupos ocupacionais e os decisores (stakeholders). Os relatórios sobre prédios escolares também revelam que a sua construção não era de nenhuma maneira puramente racional, e sim, reconhecia outras dimensões públicas do sistema escolar, mas de maneira mais implícita e menos representacional. A fim de fazer as crianças sentirem-se mais em casa na comunidade local, tanto o construído como o não construído, os critérios de funcionalidade e racionalidade podiam, por exemplo, ser colocados em segundo plano. A escola “deve ser modesta e simples, mas caseira” (ERPELDING, 1955, p. 339). Embora as instruções rejeitem claramente as diferenças econômicas e de prestígio entre as escolas públicas, permitem a adaptação a “necessidades culturais” (ANLUX..., MEN-1620, 1948). Isso revela outro aspecto, o prédio escolar como núcleo da comunidade local.

### **O prédio escolar como núcleo da comunidade local**

A meta das políticas de construção de escolas era fortalecer a integração das escolas na comunidade local e fazer progredir especialmente pequenas escolas rurais do Norte “subdesenvolvido” de Luxemburgo (SCHUMACHER, 1955, p. 309). Novas escolas primárias e médias foram construídas entre 1945 e 1964 para favorecer uma distribuição consistente de escolas por todo o país. Afora a cidade de Luxemburgo, com 50 escolas novas, os cantões de Wiltz (41) e Esch (41) tiveram o maior número de construção de escolas, seguidas por Clervaux (40), e também as escolas novas mais caras foram construídas no cantão de Wiltz (ANLUX..., MEN-1620, 1945-1964).

As autoridades e o discurso público nas décadas de 1950 e 1960 tinham uma visão de prédios escolares bastante uniformes em todo o país, isto é, funcionais, racionais e adaptados à *villagescape* (paisagem da aldeia). Os arquitetos foram instruídos a integrar escolas ao ambiente existente, tornando

local o próprio processo de aprendizado através do prédio escolar: (ibid.) os exemplos mais impressionantes eram lições-objeto que muitas vezes se afastavam do prédio escolar e passavam ao conhecimento da comuna local, do cantão e da nação. Para estudos locais, também, o prédio escolar foi usado como objeto de instrução concreto. Aproveitando o uso de produtos e tópicos locais para a construção e decoração dos prédios, várias portas, janelas e outros elementos foram usados como temas para desenhos (ERPELDING, 1955, p. 344).

Contudo, os próprios prédios escolares incluíam múltiplos aspectos de diferenciação local. A concorrência comunal foi fomentada em níveis outros do que o formato do concreto, como no caso das somas gastas para as escolas, a ordem pela qual foram concedidas e em petições populares reagindo a desigualdades neste campo (ANLUX..., MEN-1622, 1970; MEN-1623, 1960).

Um exemplo: o número de reportagens na imprensa local sobre o ensino primário imediatamente aumentou em pequenas comunas como Kleinbettingen, Bondorf, Rumelange ou Hobscheid. Não apenas crônicas e artigos em jornais locais, mas também em jornais nacionais mostram uma narrativa nítida de histórias de sucesso das pequenas escolas primárias locais (STEFFEN-KIRPACH, 1969).

Nesses periódicos, paisagens, espaços regionais e comunais, foram representados como ambientes, como espaços vitais para diferentes tipos de cidadãos. No discurso público, políticas escolares tornaram-se um lugar para a competição política comunal. A organização local da educação em comunas, sua taxa de ocupação, tamanho das salas e a relação com o número de alunos e outros assuntos locais eram questões abordadas mais do que qualquer outro tópico por conselhos locais e pela população local via relatos públicos em jornais que comparavam diretamente as comunidades (LUXEMBURGER WORT, 16 jul. 1970, p. 13; 16 jul. 1968). A coerência nacional foi enfatizada em nível formal. Mas em nível de escola, foram pluralizadas diferenças sutis entre escolas. A comunidade local deu às escolas a oportunidade de desenvolver suas próprias particularidades, tais como oportunidades de participação dos pais e membros da

municipalidade, e aulas para migrantes e crianças com deficiência (LUXEMBURGER WORT, 11 jul. 1969, p. 7). A crítica contra instituições totais e centralizadas foi transmitida a situação escolares, levando ao re-empoderamento de conselhos locais, que receberam responsabilidades que haviam perdido no início do século XX. Especialmente comunas rurais reivindicaram também melhor acessibilidade regional (LUXEMBURGER WORT, 7 set. 1968; 12 out. 1968).

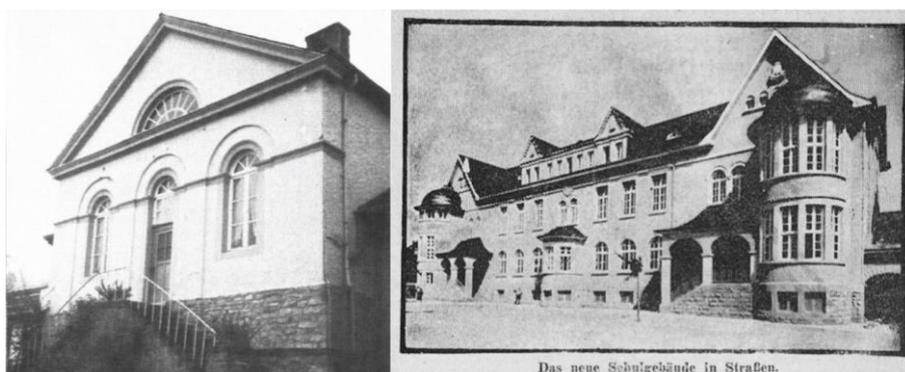
## **CIDADÃOS DIFERENCIADOS DO ESTADO-NAÇÃO**

A análise mostra como escolas serviram à construção de uma cidadania unificada e igualitária. Todavia, os prédios escolares em si apresentavam oportunidades múltiplas de diferenciação. Apesar da propagação de um sistema escolar homogêneo e “orgânico”, os prédios escolares serviram como um meio para distinguir o centro da periferia. Antigas diferenças sociais, anteriores à unificação nacional luxemburguesa persistiram e foram legitimadas nacionalmente, co-definidas pela proximidade ao centro do país. Dois exemplos ilustram isso.

O primeiro exemplo diz respeito aos processos, como os tipos de escolas-modelos uniformes se expandiram da capital para o país no final do século XIX, um símbolo de progresso para o novo estado-nação. Esses tipos de escola modelo levaram a uma maior diferenciação dentro do país. O primeiro modelo padrão de prédios escolares tinha um formato neo-classicista claramente reconhecível. Era um modelo arquitetônico urbano, um prédio baixo com elementos semelhantes a uma colunata, portas e janelas com arcos semi-circulares segmentados sobre palafitas, grinaldas, guirlandas, festões em volta dos prédios, um modelo nacional uniforme que disseminou o modelo de escolarização urbano (SIMON, 1990; SCHREIBER, 2017). Esse modelo com uma referência arquitetônica a frontispícios de templos gregos havia se tornado o prédio escolar padrão, e havia levado a uma febre de imitações no interior do país (SIMON, 1990). Já na década

de 1880, esse modelo padrão de prédio teve influência significativa na imagem da aldeia. Esse estilo de construção é típico das escolas, igrejas e prédios importantes governamentais e militares em Luxemburgo (Ibid.) (Fig. 3).

**Figura 3** - À esquerda: um prédio escolar padrão da década de 1880 (Hoesdorf). À direita: um prédio escolar “moderno” da década de 1930 (Strassen).



**Fonte:** *Tageblatt*, 31 jul. 1933.

Todavia, na época em que esse modelo ganhou popularidade nacional, um novo tipo de escola já estava se disseminando das cidades do centro, em torno da cidade de Luxemburgo. Aqui se estabeleceu a utilização de janelas retangulares ou com arco baixo em torno de 1885. Nas próximas décadas até a Segunda Guerra Mundial, esse novo tipo de prédio também foi disseminado através do país com uma população semirural, semi-industrial. As portas e janelas com arcos semicirculares que tinham sido tão populares no interior do país, agora eram retrospectivamente criticadas como “estilo austero do renascimento florentino, muito favorecidos nas regiões de fala alemã” (WINGERT, 1939) enquanto que janelas retangulares pareciam expressar “um gosto francês mais refinado e um entendimento mais profundo das necessidades pedagógica práticas, mas também de um certo espírito de oposição contra os ambientes administrativos que tinham transformado o prédio escolar de gênero alemão em escola modelo” (Ibid., p. 145). Esse tipo de escola permitia que cidades que aspiravam tornar-se centros cantonais se perfilassem como tais. Redange, por exemplo, podia posicionar-se por volta de 1900 como capital regional com a

institucionalização da educação artesanal e profissionalizante (SIMON, 1990). O mesmo vale para Mersch, onde elementos neo-góticos decoraram as escolas. Mersch também aspirava perfilar-se como uma cidade de artesãos (de inspiração francesa) e, assim, foi uma das primeiras comunas a estabelecer uma escola primária superior. O engajamento das comunas na conformação do perfil era visível no uso principalmente eclético de estilos arquitetônicos históricos. Não é por coincidência que a nova escola em Redange integrou elementos que se assemelham à arquitetura da burguesia francesa mais próspera.

O segundo exemplo foi a construção binária de centros escolares e escolas de pavilhão, ou seja, escolas de um só andar que poderiam ser usadas para diversos fins paralelamente, em meados do século XX. O conceito de grandes centros escolares foi apenas programado para o Norte rural, como ferramenta ativa de planejamento social para promover novos centros de aldeia (aldeias centrais; cf. GREISCH, 1955) e ancora as pessoas em um novo núcleo de paisagem rural. Contudo, esse modelo não se destinava à implementação na capital ou em Esch: Pequenas escolas de pavilhão, ao contrário, eram construídas em cidades maiores e menores, ou melhor, nos seus subúrbios e zonas residenciais, que também serviam para ancorar os cidadãos. Podia-se falar de uma suburbanização da escola da cidade. Alguns dos primeiros pavilhões foram construídos (as) em Belair, Pulvermühle, Hollerich, Limpertsberg, Grund, Clausen ou Dommeldange (PHILIPPART, 2014) - e é notável como esta lista se assemelha à lista de comunas em torno da cidade de Luxemburgo, na expansão escolar da década de 1870. Aparentemente, esta é uma lista de projetos exemplares do centro do país; mais pavilhões se seguiram nos subúrbios industriais e nos arredores da segunda maior cidade de Luxemburgo, Esch (ANLUX..., MEN-1620, 1945-1967), suficientemente distante da infraestrutura da cidade (ANLUX..., MEN-1620, 1963).

Não apenas essas escolas tipo pavilhão ou jardim previam mais espaço por criança - até 30 metros quadrados - (SCHUMACHER, 1955, p. 309), os pavilhões também foram colocados de maneira mais aberta em áreas calmas e

“naturais” das cidades. Supostamente, escolas do tipo pavilhão eram mais fáceis de expandir. Também mostra que o planejamento social inicialmente não levou em conta qualquer aumento populacional para a “periferia”.

## **NAÇÕES CONSTRUÍDAS: UNIDADE PLURALISTA E DIFERENCIAÇÃO “ORGÂNICA”**

Considerar os prédios escolares como co-construtores da cidadania ajudou a entender as dimensões múltiplas e complexas dos prédios escolares como educadores. De fato, mostrou que os prédios escolares transmitem expectativas importantes a respeito do sistema de pensamento dentro de um país com seus respectivos imaginários de unidade ou diferenciação. Os prédios escolares representaram, tanto na Suíça como em Luxemburgo, símbolos de sucesso do estado-nação moderno, situando a nação cultural, moral e politicamente. Também, em ambos os países, os prédios escolares compreendiam funções unificadoras e diferenciadoras dentro de uma esfera pública ampla, em campos comunicativos e discursivos, e na logística da cidadania.

No caso de Luxemburgo, as atividades de construção de escolas aumentaram em um momento em que a construção de uma sociedade de estado-nação harmoniosa e estável estava em jogo, tanto na década de 1880 como de 1950. Na Suíça, a construção de escolas não coincide necessária e exclusivamente com a construção do estado-nação se esse é entendido como o estabelecimento da moderna Federação Helvética em 1848 e a construção que se seguiu da “nação por vontade” (*Willensnation*). Mas, como o cidadão suíço é, além disso, um cidadão de uma comuna, evidenciado na carteira de identidade e no passaporte, pode ser afirmado que as atividades de construção de escolas coincidem também com o estabelecimento de uma sociedade estável local e regional.

Os prédios escolares funcionaram em Luxemburgo e na Suíça como unificadores, estabelecendo ou reforçando (respectivamente) a comuna como o

núcleo da nação, ao definir normas e valores através da auto-definição cultural do Estado. Também, em ambos os casos, proporcionaram linhas de comunicação entre os níveis local, nacional e internacional, transmitindo expectativas a respeito do sistema escolar. Mas, o conceito de comuna e seu lugar no país é fundamentalmente diferente em ambos os estados. Em Luxemburgo, aspectos de diferenciação e distinção social fazem parte das construções escolares, apesar da representação simbólica como um sistema nacional homogêneo. Trata sobretudo da produção da consciência de elite e diferenciação entre comunidades locais. Uma clara distinção entre o centro e a periferia é reconhecível, que iguala a competição comunal também com uma perspectiva de diferentes oportunidades dos futuros cidadãos dentro da nação. Por exemplo, modelos nacionais de “boa” construção das escolas se disseminam da cidade capital em direção às regiões rurais. A mensagem simbólica enviada pelos prédios escolares e pelo sistema escolar em Luxemburgo foi aquela de uma entidade (alegadamente) orgânica. Na Suíça, a diferenciação cultural, linguística e local era precisamente um traço principal de discursos sobre cidadania nacional até a vontade e o engajamento pela educação se tornarem visíveis nos prédios escolares padronizados. Mas, aí de novo, a ancoragem local de prédios escolares contra a padronização arquitetônica esquemática tornou-se uma expectativa compartilhada que persiste até hoje e igualmente representa não apenas diversidade, mas também reivindicações de educação para todos.

Ao promover valores estéticos centrais, esperava-se que os prédios escolares promovessem valores morais e cívicos comuns, ligados a costumes locais e, ao mesmo tempo, a ideais nacionais. Luxemburgo fez isso criando diferentes ambientes que alegadamente se ajustam aos diferentes mundos vividos (*Lebenswelt*) das crianças. A Suíça o fez ligando o local e o nacional através dos diferentes, mas complementares níveis do sistema escolar. Outra função unificadora do prédio escolar consistia em seu papel nas políticas sociais e de cidadania que visava ancorar o cidadão através do planejamento do espaço urbano. Em Luxemburgo isto aconteceu através da inclusão de elementos da burocracia do Estado (como por exemplo inspeções) no prédio escolar (mais uma

vez revelando um sistema de pensamento da nação conforme construída de cima para baixo, do centro para a periferia), enquanto que na Suíça, tais elementos burocráticos eram de segunda linha comparado à identificação com a educação como traços distintivos e ferramenta de ancoragem.

A análise pôde pelo menos mostrar as relações complicadas e tensas que rodeavam o desenvolvimento de construção de escolas entre a ordem, controle e abertura, entre a função e estética, influências internacionais e construção de uma nação, e como os prédios escolares forneceram a legitimação educacional e moral das expectativas sociais sobre a escolarização e os futuros cidadãos. Eram fatores importantes, por exemplo, a localização, distância, visibilidade, ambiente, duração, forma, tamanho, lembranças, similaridade e diferença, mas também discursos e rituais. Este artigo mostrou acima de tudo a importância global dos prédios de comunas locais em estados-nações multilíngues. A fim de verificar se estes também são fatores importantes em nações monolíngues, pode ser útil, ao prosseguir com a pesquisa, prestar mais atenção a uma cartografia das escolas através do tempo, sua localização dentro da comunidade, bem como o que revela sobre relações de poder e educação em estados-nações.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism**. Revised ed. London: Verso, 2016.

ANLEITUNG über die Erbauung von Schulhäusern: von dem Erziehungsrathe des Kantons Zürich. Zürich: Schulthess, 1835.

ANLUX, Archives Nationales de Luxembourg. **Ministère de l'Éducation Nationale (MEN) MEN-1620 to MEN-1632**, Luxembourg.

BAUDIN, Henry. **Les nouvelles constructions scolaires en Suisse: écoles primaires, secondaires, salles de gymnastique, hygiène, décoration, etc.** Genève: Editions d'Art et d'Architecture [etc.], 1917.

BLOESCH, Hans. Neues Schulhaus im Lettenquartier in Zürich. **Das Werk**, 3,

p. 113-125, 1916.

BRÜHWILER, Ingrid. Kantonale Steuerung der Gemeinde durch die Finanzierung von Lehrerlöhnen? - Finanzpolitische Aspekte im 19. Jahrhundert. In: HANGARTNER, Judith; HEINZER, Markus (ed.). **Gemeinden in der Schul-Governance der Schweiz**. Ort: Springer Fachmedien Wiesbaden, 2016. p. 249-276.

BRÜHWILER, Ingrid. Schwache Schulen und arme Lehrer? Sozioökonomische Aspekte des Bildungswesens um 1800. In: TRÖHLER, Daniel (ed.). **Volksschule um 1800. Studien im Umfeld der Helvetischen Stapfer-Enquête 1799**. Bad Heilbrunn: Klinkhardt, 2014. p. 120-134.

BÜCHLER, Hermann. **Drei schweizerische Landesausstellungen**: Zürich, 1883; Genf, 1896; Bern, 1914. Zürich: Juris-Verlag, 1970.

BUNDESVERFASSUNG der Schweizerischen Eidgenossenschaft, 29 mai 1874.

BÜTIKOFER, Anna. **Staat und Wissen**. Ursprünge des modernen schweizerischen Bildungssystems im Diskurs der Helvetischen Republik. Bern: Haupt, 2006.

COSTITUZIONE della Repubblica e Cantone Ticino, del 14 dicembre 1997.

CRIBLEZ, Lucien. Bildungsföderalismus und Schulkoordination: konfligierende Prinzipien der Schulpolitik in der Schweiz. In: CASALE, Rita; HORLACHER, Rebekka (ed.). **Bildung und Öffentlichkeit**. Weinheim. Basel: Beltz, 2007. p. 262-276.

CRIBLEZ, Lucien; HUBER, Christina. Der Bildungsartikel der Bundesverfassung von 1874 und die Diskussion über den eidgenössischen "Schulvogt." In: CRIBLEZ, Lucien (ed.). **Bildungsraum Schweiz**. Historische Entwicklungen und aktuelle Herausforderungen. Bern: Haupt, 2008. p. 87-129.

CROUSAZ, Karine *et al.* (ed.). Verfassung, Bürgerschaft und Schule: Constitution, citoyenneté et école. **Traverse**, v. 24, 2017.

DAVID, Thomas G.; WEINSTEIN, Carol S. (ed.). **Spaces for children: the built environment and child development**. New York: Plenum Press, 1987.

ERPEDLING, [E]. Schulneubauten und Heimatkunde. **Bulletin des Instituteurs Reunis**, v. 6, n. 10, p. 337-340, 1955.

ESCOLANO BENITO, Agustín. School architecture as discourse and as text. **Paedagogica Historica**, v. 39, p. 53-64, 2003.

FISCHBACH, Marcel. An Ihrem Schulwesen soll man die Stadt Luxemburg erkennen. In: PIER, Johan *et al.* (ed.). **Faites de votre école**. Le refuge, le foyer et la joie des enfants! Luxemburg: self-edited, 1955. p. 9-15.

FRIEDEN, Pierre. Notre politique du bâtiment scolaire. **Bulletin des instituteurs reunis**, v. 6, n. 10, p. 265-268, 1955.

FRITSCHI, [J. E.] Schulhausbau. **Jahrbuch der Schweizerischen Gesellschaft für Schulgesundheitspflege**, v. 13, p. 551-560, 1913.

GEISER, Arnold. **Neuere städtische Schulhäuser**. Zürich: Zürcher und Furrer, 1901.

GIUDICI, Anja; MUELLER, Sean (ed.). **Il federalismo svizzero: attori, strutture e processi**. Locarno: Amando Dadò Editore, 2017.

GOBAT, Albert; HUNZIKER, Jakob. **1889 Weltausstellung in Paris: Öffentlicher Unterricht**. Klasse 6, 7, 8. Biel: Schüler, 1890.

GOODMAN, Nelson. **Languages of art: an approach to a theory of symbols**. 2. ed. Indianapolis: Hackett, 1985.

GREISCH, Jean-Paul. Vor 10 Jahren. **Bulletin des Instituteurs Réunis**, v. 6, n. 10, p. 317-322, 1955.

GROB, Kaspar. **Sammlung neuer Gesetze und Verordnungen nebst statistischen Uebersichten über das gesamte Unterrichtswesen in der Schweiz im Jahr 1886**. Zürich: Orell Füssli, 1887.

GROSVENOR, Ian. Back to the future or towards a sensory history of schooling. **History of Education**, v. 41, n. 5, p. 675-687, 2012.

GUGERLI, David *et al.* (ed.). **Transforming the future: ETH Zurich and the construction of modern Switzerland 1855-2005**. Zürich: Chronos: 2010.

GUNZINGER, [P.]. Bericht an das Schweizische Departement des Innern über das Ergebnis der in seinem Auftrage unternommenen Inspektion der Schweizerischen permanenten Schulausstellungen in Zürich, Bern, Freiburg. **Schweizerisches Schularchiv**, v. 8, n. 8, p. 137-144, 1887.

HELFENBERGER, Marianne. Climate as artefact between 1830 and 1930. A transnational construction of the Swiss school building. **History of Education**, v. 47, 2018.

HELFENBERGER, Marianne. **Das Schulhaus als geheimer Miterzieher**. Normative Debatten in der Schweiz von 1830 bis 1930. Bern: Haupt, 2013.

HELFENBERGER, Marianne. Die Berner (Normal-) Lehrer zwischen 1807 und 1830 - eine verschwundene Profession. In: TRÖHLER, Daniel *et al.* (ed.).

**Schule, Lehrerschaft und Bildungspolitik um 1800.** Bad Heilbrunn: Klinkhardt, 2016. p. 127-145.

HOBSBAWM, Eric J. **Nations and nationalism since 1780:** programme, myth, reality. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (ed.). **The invention of tradition.** 23 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

HOTTINGER, Johann J. **Bericht über den Zustand des Landschulwesens im Canton Zürich, nebst Vorschlägen zu dessen Verbesserung.** Zürich: Orell Füssli, 1830.

JERRAM, Leif. **Streetlife:** the untold history of Europe's twentieth century. Oxford: Oxford University Press, 2003.

KREISSCHREIBEN des Erziehungsrates des Kantons Nidwalden an die Schulbehörden und die Lehrerschaft betreffend Schulferien und Reinigen der Schullokale. 13 november 1911.

LAWN, Martin (ed.). **Modelling the future:** exhibitions and the materiality of education. Didcot Oxford: Symposium Books, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace.** Paris: Editions Anthropos, 1974.

LUXEMBURGER WORT Für Wahrheit und Recht. Luxembourg: Saint-Paul, 1848-1970.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat de. **The spirit of the laws.** New York: Hafner Publishing Company, 1949.

MUSTERPLÄNE zu Schulhäusern für den Kanton Zürich (1836). Switzerland: StAZH (Staatsarchiv des Kantons Zürich), PLAN D 2001.

NEUERE SCHULHAUSBAUTEN im Kanton Luzern. **Jahrbuch der Schweizerischen Gesellschaft für Schulgesundheitspflege**, v. 6, p. 266-300, 1906.

NOTTROT, Ina. **Architektur in Luxemburg - Klopffzeichen in Europas Mitte.** München: Callwey, 1999.

OBERHÄNSLI, This. **Vom "Eselstall" zum Pavillonschulhaus:** VOLKSSCHULHAUSBAUTEN anhand ausgewählter Luzerner Beispiele

zwischen 1850 und 1950. Luzern: Kommissionsverlag Raeber Bücher AG, 1996.

OSTERWALDER, Fritz. **Demokratie, Erziehung und Schule**. Bern: Haupt, 2011.

OSTERWALDER, Fritz. Der Helvetische Bildungsplan - eine kühne Strategie oder ein schwieriger Kompromiss? *In*: TRÖHLER, Daniel *et al.* (ed.).

**Volksschule um 1800**. Bad Heilbrunn: Klinkhardt, 2014. p. 231-247.

OSTERWALDER, Fritz. Öffentliche Schule und Demokratie - ein für den schweizerischen Liberalismus grundlegendes Verhältnis. *In*: OSER, Fritz; REICHENBACH, Roland (ed.). **Zwischen Pathos und Ernüchterung**. Freiburg Schweiz: Universitätsverlag, 2000. p. 57-70.

PFENNIGER, Paul. **Zweihundert Jahre Luzerner Volksschule 1798-1998**. Luzern: Historisches Museum, 1998.

PFISTER, Christian. Landschaftsveränderung und Identitätsverlust: Akzentverschiebungen in der Modernisierungskritik von der Jahrhundertwende bis um 1970. **Traverse**, v. 4, n. 2, 1997.

PHILIPPART, Robert. La construction d'écoles primaires à Luxembourg: instruction, hygiène & gender. **Ons Stad**, v. 105, p. 16-20, 2014.

PREZIOSI, Donald. **Architecture, language and meaning: the origins of the built world and its semiotic organization**. The Hague: Mouton Publishers, 1979.

RÈGLEMENT pour les écoles primaires du canton de Vaud. 15 février 1907.

REGULATIV betreffend Erstellung, Unterhalt und Benützung von Schulhausbauten. St. Gallen, 9. Juli 1907.

RENAN, Ernest. What is a nation? *In*: BHABHA, Homi K. (ed.). **Nation and narration**. London: Routledge, 1990.

RODANGE, Michel. Renert. **De Fuuss am Frack an a Maansgréisst**. Luxemburg: Editioun Guy Binsfeld, 2008 [1872].

ROTHMAN, David. **The discovery of the Asylum: social order and disorder in the New Republic**. Boston, MA: Little Brown, 1971.

SCHNEEBERGER, Elisabeth. **Schulhäuser für Stadt und Land**. Der Volksschulhausbau im Kanton Bern am Ende des 19. Jahrhunderts. Bern: Historischer Verein, 2005.

SCHNEIDER, Martin. Eine neue Architektur für eine neue Pädagogik. *In*: TRÖHLER, Daniel; HARDEGGER, Urs (ed.). **Zukunft bilden**. Die Geschichte der modernen Volksschule. Zurich: Verlag Neue Züricher Zeitung, 2008. p. 70-91.

SCHREIBER, Catherina. Schulgebäude, Curriculum und die Konstruktion der Nationalstaatsbürger: Versuch einer Synthese am Beispiel Luxemburgs. **Traverse**, v. 24, n. 1, p. 74-86, 2017.

SCHUMACHER, Jos. Das Primat des Pädagogischen beim Schulneubau. **Bulletin des Instituteurs Réunis**, v. 6, n. 10, p. 307-312, 1955.

SCHWAB, François. Erinnerungen aus der Schulzeit 1919-1925. Aldringerschulgebäude - Neit Scho'lgelbe zu Luxemburg. *In*: **Zur Erinnerung an das am 14. September 1969 veranstaltete Klassentreffen der Ehemaligen Schulkameraden des 3. Schuljahrs 1921-1922 im Aldringerschulgebäude zu Luxemburg**. Luxemburg: self-edited, 1969. p. 8-11.

SCHWEIZERISCHE LEHRERZEITUNG. SLZ. Organ d. Schweizerischen Lehrervereins, Zürich, v. 48, p. 285, 1903.

SIMON, Claire. **Les écoles primaires au Grand-Duché de Luxembourg**: aperçu des bâtiments scolaires de l'indépendance jusqu'en 1914. Luxemburg: Mémoire de fin de stage pédagogique, 1990.

STEFFEN-KIRPACH, Marie-Louise. Historiques des écoles de Kleinbettingen de 1705 à 1969. *In*: **Kleinbettingen**. 75e anniversaire. Esch-sur-Alzette: Harmonie Kleinbettingen, 1969. p. 216-222.

TAGEBLATT, July 31, 1933.

THEIN, Jos. Die früheren Schulhäuser in Wiltz. *In*: WEELTZER GEENZEFRENN (ed.). **43. Geenzefest, férie du genêt**. Wiltz: Weeltzer Geenzefrënn, 1991. p. 107-113.

TRÖHLER, Daniel *et al.* (ed.). **Schooling and the making of citizens in the long nineteenth century**: comparative visions. New York: Routledge, 2011.

UNITED NATIONS. **Press Release SG/SM/6670 SOC/4464**. 10 ago. 2018. Disponível em: <http://www.un.org/press/en/1998/19980810.sgsm6670.html>. Acesso em: 1 fev. 2018.

VARRENTRAPP, Georg. **Der heutige Stand der hygienischen**

**Forderungen an Schulbauten.** Braunschweig: [Friedrich Vieweg und Sohn], 1869.

VERORDNUNG des Kantons Aargau über Schulhausbauten vom 4. Mai 1891.

WAGNER, Elke. "**Tiroler**" in Luxemburg: Sigmund und Paul Mungenast, Baumeister in Echternach. Unter dem Doppeladler: Zeitreisen im Deutsch-Luxemburgischen Naturpark. Luxemburg: Saint-Paul, 2010. p. 88-93.

WERNLY, Rudolf. Das moderne Schulhaus. **Heimatschutz**, v. 2, p. 549-555, 1907.

WETTSTEIN, Heinrich. **Schweizerische Landesausstellung, Zürich 1883.** Bericht über Gruppe 30, Unterrichtswesen. Zürich: [s.n.], 1884.

WHYTE, William. How do buildings mean? Some issues of interpretation in the history of architecture. **History and Theory**, v. 45, p. 153-177, 2006.

WINGERT, Albert. Un siècle d'évolution dans les bâtiments scolaires. **Luxemburger Lehrerzeitung**, v. 34, n. 4-5, p. 135-147, 1939.

ZENTRALBIBLIOTHEK ZÜRICH. **[Photo]graphisch-mechanisches Reproduktions-Institut Brunner & Hauser [ca. 1896].** Zürich. ZH, Stadt II A, 40. DOI: <http://doi.org/10.3931/e-rara-38668>. Public Domain Mark.

ZIMMER, Oliver. **A contested nation: history, memory and nationalism in Switzerland, 1761-1891.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003a.

ZIMMER, Oliver. Boundary mechanisms and symbolic resources: towards a process-oriented approach to national identity. **Nations and Nationalism**, v. 9, n. 2, p. 173-193, 2003b.

ZUR PARISER Weltausstellung im Jahr 1878. **Pädagogischer Beobachter**, v. 3, n. 31, 1877, p. 2-3.

MARIANNE HELFENBERGER é pesquisadora assistente da *Swiss Distance Learning University (Universitäre Fernstudien Schweiz)*, em Brig, na Suíça. Doutora em Ciências da Educação pela *University of Bern*, da Suíça.

E-mail: [helfenbergersanz@gmail.com](mailto:helfenbergersanz@gmail.com)

 <http://orcid.org/0000-0001-8027-8202>

CATHERINA SCHREIBER é pesquisadora assistente da *University of Vienna (Universität Wien)*, em Viena, Austria. Doutora em História pela *University of Luxembourg*, de Luxemburgo.

E-mail: [catherina.schreiber@univie.ac.at](mailto:catherina.schreiber@univie.ac.at)

 <http://orcid.org/0000-0002-6886-6770>

Recebido em: 26 de abril de 2018

Aprovado em: 21 de dezembro de 2018



Revista História da Educação - RHE  
Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação - Asphe  
Artigo de acesso aberto distribuído nos termos de licença Creative Commons.